



COMUNICAÇÃO DE RISCO E REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES

Fernanda Ribas de Oliveira¹; Janete Josina de Abreu²

Palavras-Chave – Gestão de Risco de Desastres, Comunicação e Percepção de Risco, Mídia e comunicação de risco.

INTRODUÇÃO

Os desastres associados a eventos extremos causaram 700 mil mortes e afetaram mais de 1,5 bilhão de pessoas no mundo de 2005 a 2015, período que compreende o Marco de Hyogo, assinado por 168 países comprometidos a adotar medidas para redução de risco de desastres (UNISDR, 2015). O último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) aponta que todas as regiões do planeta irão sofrer os impactos de um aumento de temperatura de pouco mais de 1,5 graus celsius até 2030, o que pode gerar enxurradas e inundações mais frequentes na África, Ásia, América do Norte e Europa e secas mais severas e recorrentes na África, América do Sul e Europa (IPCC, 2021).

De acordo a EIRD/ONU (2004), os desastres são produzidos socialmente e dependem de um conjunto de fatores que incluem as características geoambientais, crescimento desordenado da urbanização, vulnerabilidade da população e as mudanças climáticas que afetam o planeta. Para reduzir os riscos, as comunidades precisam estar mais bem preparadas para agir diante desses eventos e a comunicação de risco exerce papel determinante na resposta da população exposta a eventos adversos.

A comunicação de risco é o processo de troca de informações entre autoridades, mídia e público sobre os possíveis riscos e efeitos de desastres, cujo principal objetivo é auxiliar na tomada de decisão frente a eventos adversos, a fim de reduzir seus impactos para a população. Esta comunicação pode ocorrer diretamente entre poder público e a população, através de avisos meteorológicos em redes sociais e alertas via SMS, ou a partir de meios de comunicação, como televisão, rádio, portais de notícias ou redes sociais, com informações recebidas das autoridades ou de agências especializadas em desastres. Nesse sentido, tanto as assessorias de imprensa dos órgãos públicos quanto da mídia em geral têm papel fundamental na comunicação de risco, para informar e preparar a população para o enfrentamento dos eventos extremos.

O marco de Sendai (UNISDR, 2015) destaca igualmente esse importante papel dos meios de comunicação para a redução de riscos de desastres, apontando, entres outros, a necessidade de contribuir para a sensibilização e para o entendimento do público, com a divulgação informações precisas sobre risco de desastres, perigos e desastres, em diferentes escalas de magnitude, em estreita cooperação com as autoridades competentes. Aponta igualmente, dentre as ações prioritárias para a redução de riscos de desastres, a importância de fortalecer o uso dos meios de comunicação, entre os quais os meios de comunicação tradicionais, para apoiar medidas nacionais para a comunicação bem-sucedida do risco de desastres.

Entretanto, conforme Miller *et al.* (2015), para eficácia do processo de comunicação de riscos, “é imperativo que o comunicador compreenda como o público percebe o potencial risco e os fatores que podem influenciar suas respostas em uma crise”, o que envolve inicialmente, por parte destes, uma compreensão adequada e aprofundada do próprio conceito de comunicação e suas implicações para a redução de riscos e desastres.

¹) Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais, fernandaribasoliveira@hotmail.com

²) Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Geociências - Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais, janete.abreu@ufsc.br



O objetivo principal deste trabalho é apresentar uma revisão analítica acerca do conceito de comunicação de risco, buscando compreender suas dimensões, o papel desempenhado junto à população para percepção de riscos associados a eventos adversos, e contribuir para uma maior eficácia dessa etapa no processo de gestão e redução de riscos de desastres.

METODOLOGIA

O presente trabalho parte de uma pesquisa exploratória, por meio da qual foram levantados e sistematizados dados relativos ao conceito de comunicação de risco na literatura internacional. Os procedimentos metodológicos adotados envolveram a leitura e análise de trabalhos científicos disponibilizados em plataformas de pesquisa, como o a *Prevention Web*, em periódicos internacionais, assim como em documentos produzidos por organismos internacionais, entre os quais a Organização das Nações Unidas.

RESULTADOS

Os resultados preliminares da pesquisa permitiram construir um quadro conceitual (Quadro 1) acerca da definição de comunicação de risco ao longo dos anos no meio científico internacional. Além da necessidade de informar a população sobre os riscos ambientais aos quais está exposta, destaca-se, de acordo com diferentes autores, a natureza pública ou privada dos veículos de disseminação de informação (PLOUGH e KRIMSKY, 1987) e as diferentes fontes de informação sobre riscos de desastres, que podem, segundo Fischhoff, (1987), envolver cientistas, jornalistas e agências reguladoras. É destacado ainda na literatura o papel da comunicação para regular a percepção de risco pelas comunidades expostas, conforme sugere os trabalhos de Plough e Krimsky (1987), de Grabill e Simmons (1998) e da Environmental Protection Agency (EPA, 2021), permitindo a tomada de decisões autoprotetivas apropriadas pelo público alvo, conforme apontado por Fischhoff (1987) e Gamhewage (2013).

Outro aspecto muito relevante para a eficácia do processo de comunicação de risco é a confiabilidade das fontes e das informações disseminadas, sublinhada por Kellens et al (2013) e Gamhewage (2013). De acordo com a Environmental Protection Agency (EPA, 2021), a comunicação de risco deve ser significativa, compreensível e acionável. Tais atributos podem, efetivamente, influenciar tanto a correta percepção de risco pela população, como a confiabilidade do público alvo nas informações divulgadas. Por sua vez, Gonzalo-Inglesia e Coma (2011) apontam que a comunicação de risco deve ser uma prática que ocorre em um contexto normal, ao longo do tempo e não requer um evento especial, o que confere à comunicação de risco um papel contínuo na promoção e fortalecimento da cultura de risco e prevenção de desastres pela mídia e pela imprensa em geral.

Quadro 1 – Conceitos de Comunicação de Risco

Autores	Conceito
Plough e Krimsky (1987)	Qualquer tipo de comunicação pública ou privada que venha a informar indivíduos sobre a existência, natureza, forma ou aceitabilidade de riscos. Troca de informações projetada para responder às preocupações ou necessidades a desastres reais ou percebidos pelo público.
Fischhoff (1987)	A disseminação de informações detalhadas sobre riscos diários das pessoas produzidas por uma variedade de fontes, incluindo, por exemplo, cientistas, jornalistas e agências reguladoras, para que o público possa colocar tais riscos em perspectiva e tomar as decisões apropriadas e adotar um nível correto de preocupação.



Corvello, Sandman e Slovic (1988)	O ato de levar ou transmitir informações entre as partes interessadas sobre níveis de riscos à saúde ou ambientais; o significado ou significados de tais riscos; ou decisões, ações ou políticas destinadas a gerenciar ou controlar tais riscos.
Grabill e Simmons (1998)	Fluxo de informações técnicas em uma única direção dos especialistas para o público com o intuito de educar e influenciar o público a regular sua percepção em conjunto com a dos especialistas.
Gonzalo-Inglesia e Coma (2011)	Um complexo processo de troca de informações e mensagens sobre risco, podemos encontrar diferentes práticas e dimensões que fazem parte do processo, mas que não podem ser confundidas com ele. A comunicação de risco é uma prática que ocorre em um contexto normal, ocorre ao longo do tempo e não requer um evento especial. É um processo comunicativo amplamente compreendido não apenas pelos atores e práticas envolvidos, mas também pelas implicações sociais.
Kellens <i>et al.</i> (2013)	Processo de troca de informações com o propósito de orientar sobre os riscos de desastres e sua eficácia depende principalmente do entendimento das necessidades do público e da confiança do público pelas fontes produtoras de conteúdo, sejam elas a mídia ou o poder público.
Gaya Gamhewage (2014)	A comunicação de risco é reconhecida como a comunicação bidirecional e multidirecional e o engajamento com as populações afetadas para que possam tomar decisões informadas para proteger a si mesmas e a seus entes queridos. Ela pode e deve utilizar os canais de comunicação e engajamento mais adequados e confiáveis. Precisa reunir uma gama diversificada de conhecimentos no campo da comunicação, ciências sociais (mídia de massa, comunicação de emergência e crise, mídia social, educação em saúde, promoção da saúde, comunicação para mudança de comportamento, etc.) e técnicas de fortalecimento de sistemas a fim de atingir as metas de saúde pública em emergências.
Environmental Protection Agency (2022)	A comunicação de risco é a comunicação destinada a fornecer a um público geral ou específico as informações de que precisam para fazer julgamentos informados e independentes sobre os riscos à sua saúde, segurança e meio ambiente. A comunicação de risco deve ser significativa, compreensível e acionável.

CONCLUSÕES

Os resultados da revisão conceitual sobre comunicação de risco apontaram as principais tendências para a área no âmbito internacional, com destaque para aspectos relacionados: à natureza dos veículos de informações sobre riscos, que pode ser pública ou privada; às diferentes fontes possíveis de informação sobre riscos, abrangendo diferentes atores envolvidos tanto na geração de informação quanto na sua disseminação; à importância da confiabilidade das fontes e das informações disseminadas e ao papel da comunicação na percepção de risco pelas comunidades vulneráveis, aspecto fundamental para uma resposta mais adequada do público alvo, em contexto de alerta de risco de desastres. O quadro conceitual obtido mostrou ainda que o processo de comunicação de risco deve ser contínuo e não apenas durante a ocorrência de eventos adversos, o que pode representar um importante diferencial para o fortalecimento da cultura de prevenção de riscos e de desastres e para a contribuição dos meios de comunicação nesse processo.

Esses resultados deverão ser complementados com dados relativos à comunicação de risco na literatura nacional e subsidiar a análise do contexto de comunicação de risco relacionados a eventos adversos no Brasil, em particular, a partir dados regionais, no Estado de Santa Catarina.

A continuidade da presente pesquisa deverá contribuir para o aprofundamento teórico do processo de comunicação do risco de desastres e para a definição de estratégias mais apropriadas pelos atores envolvidos na disseminação de informações sobre o tema no território catarinense, com destaque para a contribuição da mídia regional para a prevenção e redução dos riscos de desastres naturais no estado.

REFERÊNCIAS

- EIRD/ONU (Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas). *Vivir con el Riesgo – Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres*. Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas (EIRD/ONU), 2004.
- EPA - United States Environmental Protection Agency. The Salt Framework. *A Process Framework to Guide Risk Communication*. United States Environmental Protection Agency, 2021. 4 p. Disponível em: <https://www.epa.gov/risk-communication/salt-framework>. Acesso em: 31 out. 2021.
- FISCHHOFF, B. Treating the Public with Risk Communications: A Public Health Perspective. *Science, Technology, & Human Values, Londres*, v. 12, n. 3/4, Special Issue on the Technical and Ethical Aspects of Risk Communication p. 13-19, Summer - Autumn, 1987.
- GAMHEWAGE, G. Communication of risk to patients and public. *EU Scientific Seminar 2013*. Radiation induced long term health effects after medical exposure. Luxembourg, 19 nov. 2013. Disponível em: <https://www.who.int/risk-communication/introduction-to-risk-communication.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.
- GONZALO-IGLESIA, J.; COMA, J. *Teoría de la Comunicación de riesgo*. Barcelona: Editorial UOC, 2011, 194 p.
- GRABILL, J.; SIMMONS, W. Toward a critical rhetoric of risk communication: Producing citizens and the role of technical communicators. *Technical Communication Quarterly*, London, v. 7, n. 4, p. 415-441, abr. 1998.
- IPCC - Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth. *Assessment Report of the Intergovernmental Panel*. Geneva: United Nations, 2021. 41 p. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 20 out. 2021.
- KELLENS, W.; TERPSTRA, T.; DE MAEYER, P. Perception and Communication of Flood Risks: A Systematic Review of Empirical Research. *Risk Analysis, McLean*, v. 33, n. 1, p. 24-49, jan. 2013.
- MILLER, Servel. FRANCE, Derek. WELSH, Katharine. *Development of Crisis and Emergency Risk Communication (CERC) activities and an Evaluation of their Impact on Learning: Geoscience students' perceptions*. Belgeo [Online], 1 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/belgeo/16386>. Acesso em 22 abr. 2021.
- PLOUGH, A.; KRIMSKY, S. The Emergence of Risk Communication Studies: Social and Political Context. *Science, Technology, & Human Values*, London, v. 12, n. 3/4, p. 4-10, jun. 1987.
- UNISDR – United Nations Office for Disaster Risk Reduction. *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030*. Geneva: UNISDR, 2015, 35 p. Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf. Acesso em: 16 ago. 2016.